



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

**LEI N.º 1.536/2014.**

Autoriza o Poder Executivo a promover a alienação de Imóvel do Patrimônio Municipal que menciona, para a reforma e adequação das praças públicas dos bairros Palmeira e Padre Duílio e dá outras providências.

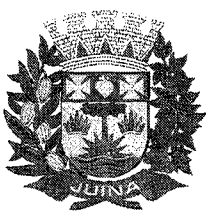
O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT**, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alienação do seguinte Imóvel do Patrimônio Municipal, assim caracterizado:

- UMA ÁREA COM **4.000,00 M<sup>2</sup>**, DENOMINADA ÁREA DESMEMBRADA "A", DESMEMBRADA DA ÁREA COM 479,418,00 M<sup>2</sup> (RESERVADA PARA CEMAT), SITUADO NO LOTEAMENTO DENOMINADO "PROJETO DE EXPANSÃO COMERCIAL AR-1", 1.ª FASE, NÓ MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT;

- UMA ÁREA COM **4.000,00 M<sup>2</sup>**, DENOMINADA ÁREA DESMEMBRADA "B", DESMEMBRADA DA ÁREA COM 479,418,00 M<sup>2</sup> (RESERVADA PARA CEMAT), SITUADO NO LOTEAMENTO DENOMINADO "PROJETO DE EXPANSÃO COMERCIAL AR-1", 1.ª FASE, NÓ MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT;

Ambas **conforme** mapa e memorial descritivo, constante da Matrícula Imobiliária n.º 568, Livro n.º 02 – REGISTRO GERAL, FLS. 01, em data de 21.11.2003, do Registro do 1.º Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos da Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

**Parágrafo Único.** O Mapa, Matrícula Imobiliária e Memorial Descritivo das áreas descritas no *caput* deste artigo seguem em anexo a presente Lei, passando desta, ser parte integrante.

**Art. 2.º** A alienação realizar-se-á através de procedimento licitatório, observada a modalidade da Concorrência Pública como disposto na Lei Federal n.º 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

**§ 1.º** A Avaliação do Imóvel já foi realizada por Comissão designada por Decreto do Executivo, sob o n.º. 444/2014, datado de 08.10.2014 e Laudo de Avaliação, datado de 13.10.2014, cujas cópias passam a fazer parte integrante desta Lei;

**§ 2.º** Não havendo interessado no procedimento licitatório a Administração Municipal poderá promover a venda direta do imóvel, observada a ordem cronológica do protocolo de requerimentos dos interessados;

**§ 3.º** As benfeitorias de terceiro, porventura existente no imóvel, deverão ser indenizadas, tudo conforme avaliação prévia;

**§ 4.º** Estando a área ocupada por terceiros, existindo edificação na mesma a preferencia será deste na alienação da mesma, observados os requisitos da Lei n.º. 8.666/93.

**Art. 3.º** O imóvel poderá ser alienado somente à vista, no ato da assinatura do contrato.

**§ Único.** As despesas decorrentes dos atos relativos à transferência do Imóvel, desmembramento, inclusive ITBI, correrão por conta do licitante vencedor, ou na falta deste, daquele que efetuar a compra direta do Imóvel.

**Art. 4.º** Ficam desafetados da sua destinação original o Imóvel Público Municipal com autorização de alienação pela presente Lei, passando a fazer parte integrante do patrimônio disponível do Município.

**Art. 5.º** A aplicação da receita proveniente da alienação, observado o art. 44, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, deverá ser destinada a despesas de capital, exclusivamente, para a reforma e adequação das praças públicas dos bairros Palmiteira e Padre Duílio.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

**Parágrafo Único.** A receita auferida com a alienação deverá ser depositada em uma conta específica, a ser aberta para tal finalidade.

**Art. 6.º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar e reformar as praças municipais existentes nos bairros Padre Duílio e Palmiteira, mediante a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de obras e serviços de engenharia, com a receita auferida com a alienação do imóvel descrito do art. 1.º, da presente Lei, bem como com o auxílio de toda a população juinense, através de donativos e demais contribuições.

**Art. 7.º** Se necessário para complementação do valor da obra, fica o Poder Executivo autorizado a fornecer mão de obra, maquinário e equipamentos necessários para a reforma e adequação das praças dos bairros Padre Duílio e Palmiteira.

**Art. 8.º** A despesa correrá por conta do orçamento vigente, conforme segue:

8	- Secretaria Municipal de Infra estrutura
8.110	- Departamento de serviços públicos
15	- Urbanização
451	- Infra estrutura urbana
2806	- Manutenção e reforma de canteiros e praças, jardins e banheiros públicos

**§ 1.º** Os recursos financeiros para cobertura do crédito especial na dotação orçamentária citada neste artigo, de acordo com o art. 43, § 3.º, da Lei Federal n.º 4.320/64, virão por ocasião do Leilão do imóvel do patrimônio municipal descrito no art. 1.º, da presente Lei.

**§ 2.º** O crédito especial objeto do presente artigo, somente poderá ser aberto por ocasião do ingresso da receita da alienação supracitada nos cofres do Tesouro Municipal.

**Art. 9.º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementá-las, caso necessário, com base no art. 43, § 1.º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320/64, respeitado os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

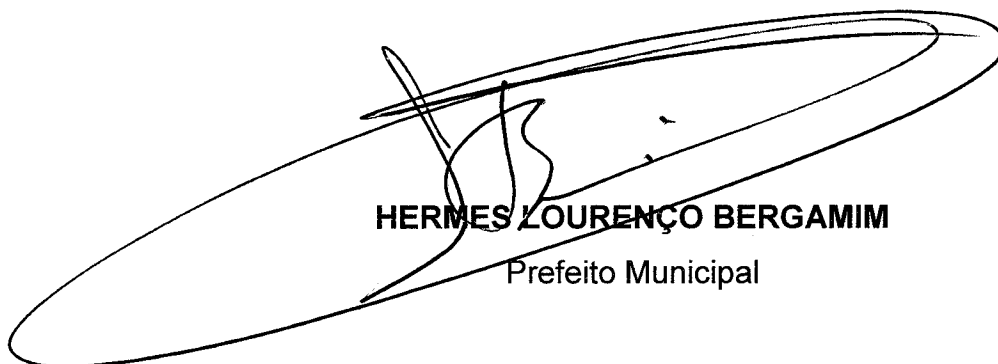
---

**Art. 10.** Fica autorizado à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Plano plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA).

**Art. 11.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, caso necessário, no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

**Art. 12.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, aos **04** dias do mês de **dezembro** de **2014**.



**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal

Informações e Indicadores Culturais - SMIC, que é o instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas no âmbito da cultura no município de Juína, sendo organizador e disponibilizador das informações cadastrais sobre as diversas ações e bens culturais, bem como seus espaços e atores.

**Parágrafo único.** O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, aberto e acessível a qualquer interessado, tem por finalidades: I - reunir dados qualitativos, quantitativos e territoriais sobre a realidade cultural do município, por meio de mapeamento dos artistas, artesãos, produtores, técnicos, trabalhadores, pesquisadores, grupos, entidades, espaços culturais e bens tombados ou protegidos por legislação específica; II - viabilizar a pesquisa por informações culturais para favorecer a contratação de trabalhadores da cultura e de entidades culturais; III - subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas culturais do município, por meio da disponibilização de dados e indicadores culturais; IV - difundir a produção e o patrimônio cultural do município, facilitando o acesso ao seu potencial e dinamizando a cadeia produtiva; V - identificar agentes, comunidades e entidades não incluídas nas políticas culturais do Município; VI - intensificar o acesso às fontes de financiamento das atividades culturais, bem como às diversas ações culturais organizadas pelo Poder Público e pela sociedade, nas suas diversas áreas no âmbito municipal. **CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA** Art. 6º Fica instituído o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, que passa a incorporar o Fundo Municipal de Cultura, respeitando as prerrogativas definidas em lei específica e os termos da presente Lei:

**Art. 7º** O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura é o instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de cultura nas diversas linguagens artísticas e do patrimônio cultural material e imaterial composto por recursos oriundos do poder público municipal, estadual, federal e da iniciativa privada;

**Art. 8º** O Fundo Municipal de Cultura – FMC – é parte integrante do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura tendo como finalidade fomentar e apoiar projetos culturais nas áreas das artes e do patrimônio cultural, conforme determina Lei específica, apresentados por pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado inscritos no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;

**Art. 9º** Constituem receitas do Fundo Municipal de Cultura os mecanismos definidos em Lei própria e a devolução de recursos apoiados ou financiados de qualquer natureza pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Juína.

#### **CAPÍTULO IV DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA**

**Art. 10** O Plano Municipal de Cultura de Juína – PMCJ é um mecanismo similar ao previsto no § 3º do art. 215 da Constituição Federal “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, e passa a ser o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de cultura da cidade de Juína, com a previsão de ações de curto, médio e longo prazo.

**Art. 11** O PMCJ terá duração decenal e será construído a partir das discussões resultantes da Conferência Municipal de Cultura que terá uma ampla composição social através dos diversos segmentos culturais, sendo posteriormente sistematizado pelo Conselho Municipal de Cultura - CMC e aprovado pela Câmara Municipal de Juína. **Art. 12** Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Juína viabilizar as condições técnicas e financeiras para a realização da Conferência Municipal de Cultura assegurando os meios de divulgação, comunicação e mobilização social. **Art. 13** Constituem ações do PMCJ: I - diagnosticar o setor cultural no Município periodicamente; II - promover diretrizes e ações deliberadas nas Conferências; III - apresentar os objetivos gerais e específicos; IV - promover ações e estratégias para a implementação dos objetivos do Plano; V - apresentar metas e os diagnósticos finais.

**Art. 14** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína, 04 de dezembro de 2014.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Nader Thomé Neto  
**Código Identificador:**4E59CB86

#### **GABINETE DO PREFEITO LEI N.º 1.536/2014.**

Autoriza o Poder Executivo a promover a alienação de Imóvel do Patrimônio Municipal que menciona, para a reforma e adequação das praças públicas dos bairros Palmeira e Padre Duílio e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT,** Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alienação do seguinte Imóvel do Patrimônio Municipal, assim caracterizado:

- UMA ÁREA COM 4.000,00 M2, DENOMINADA ÁREA DESMEMBRADA “A”, DESMEMBRADA DA ÁREA COM 479.418,00 M2 (RESERVADA PARA CEMAT), SITUADO NO LOTEAMENTO DENOMINADO “PROJETO DE EXPANSÃO COMERCIAL AR-1”, 1.ª FASE, N.º MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT;

- UMA ÁREA COM 4.000,00 M2, DENOMINADA ÁREA DESMEMBRADA “B”, DESMEMBRADA DA ÁREA COM 479.418,00 M2 (RESERVADA PARA CEMAT), SITUADO NO LOTEAMENTO DENOMINADO “PROJETO DE EXPANSÃO COMERCIAL AR-1”, 1.ª FASE, N.º MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT;

Ambas conforme mapa e memorial descritivo, constante da Matrícula Imobiliária n.º 568, Livro n.º 02 – REGISTRO GERAL, FLS. 01, em data de 21.11.2003, do Registro do 1.º Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos da Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso.

**Parágrafo Único.** O Mapa, Matrícula Imobiliária e Memorial Descritivo das áreas descritas no *caput* deste artigo seguem em anexo a presente Lei, passando desta, ser parte integrante.

**Art. 2.º** A alienação realizar-se-á através de procedimento licitatório, observada a modalidade da Concorrência Pública como disposto na Lei Federal n.º 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

**§ 1.º** A Avaliação do Imóvel já foi realizada por Comissão designada por Decreto do Executivo, sob o n.º. 444/2014, datado de 08.10.2014 e Laudo de Avaliação, datado de 13.10.2014, cujas cópias passam a fazer parte integrante desta Lei;

**§ 2.º** Não havendo interessado no procedimento licitatório a Administração Municipal poderá promover a venda direta do imóvel, observada a ordem cronológica do protocolo de requerimentos dos interessados;

**§ 3.º** As benfeitorias de terceiro, porventura existente no imóvel, deverão ser indenizadas, tudo conforme avaliação prévia;

**§ 4.º** Estando a área ocupada por terceiros, existindo edificação na mesma a preferência será deste na alienação da mesma, observados os requisitos da Lei n.º. 8.666/93.

**Art. 3.º** O imóvel poderá ser alienado somente à vista, no ato da assinatura do contrato.

**§ Único.** As despesas decorrentes dos atos relativos à transferência do Imóvel, desmembramento, inclusive ITBI, correrão por conta do licitante vencedor, ou na falta deste, daquele que efetuar a compra direta do Imóvel.

**Art. 4.º** Ficam desafetados da sua destinação original o Imóvel Público Municipal com autorização de alienação pela presente Lei,

passando a fazer parte integrante do patrimônio disponível do Município.

**Art. 5.º** A aplicação da receita proveniente da alienação, observado o art. 44, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, deverá ser destinada a despesas de capital, exclusivamente, para a reforma e adequação das praças públicas dos bairros Palmeira e Padre Duílio.

**Parágrafo Único.** A receita auferida com a alienação deverá ser depositada em uma conta específica, a ser aberta para tal finalidade.

**Art. 6.º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar e reformar as praças municipais existentes nos bairros Padre Duílio e Palmeira, mediante a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de obras e serviços de engenharia, com a receita auferida com a alienação do imóvel descrito do art. 1.º, da presente Lei, bem como com o auxílio de toda a população juinenense, através de donativos e demais contribuições.

**Art. 7.º** Se necessário para complementação do valor da obra, fica o Poder Executivo autorizado a fornecer mão de obra, maquinário e equipamentos necessários para a reforma e adequação das praças dos bairros Padre Duílio e Palmeira.

**Art. 8.º** A despesa correrá por conta do orçamento vigente, conforme segue:

8	-	Secretaria Municipal de Infra estrutura
8.110	-	Departamento de serviços públicos
15	-	Urbanização
451	-	Infra estrutura urbana
2806	-	Manutenção e reforma de canteiros e praças, jardins e banheiros públicos

§ 1.º Os recursos financeiros para cobertura do crédito especial na dotação orçamentária citada neste artigo, de acordo com o art. 43, § 3.º, da Lei Federal n.º 4.320/64, virão por ocasião do Leilão do imóvel do patrimônio municipal descrito no art. 1.º, da presente Lei.

§ 2.º O crédito especial objeto do presente artigo, somente poderá ser aberto por ocasião do ingresso da receita da alienação supracitada nos cofres do Tesouro Municipal.

**Art. 9.º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementá-las, caso necessário, com base no art. 43, § 1.º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320/64, respeitado os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 10.** Fica autorizado à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Plano plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA).

**Art. 11.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, caso necessário, no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

**Art. 12.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Nader Thomé Neto  
**Código Identificador:**DAAEB71F

#### **GABINETE DO PREFEITO** **DECRETO N.º 463/2014, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014**

Dispõe sobre o recesso de atendimento ao público no âmbito do Poder Executivo Municipal, Juína/MT e dá outras providências.

Senhor **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** - No âmbito do Poder Executivo Municipal, fica estabelecido o recesso de atendimento ao público a partir do dia 22/12/2014 que perdurará até a data de 21/01/2015.

**Art. 2º** - Para todos os efeitos, o recesso que trata o artigo anterior não será aplicado para os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários.

**Art. 3º** - Fica a critério da Administração Municipal a qualquer momento através de ato do chefe do Poder Executivo Municipal revogar e/ou alterar o presente decreto.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juína/MT, aos 05 de dezembro de 2014.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal de Juína

**REGISTRADO e PUBLICADO** na data supra em local de costume.

**VALDOIR ANTONIO PEZZINI**  
Sec. Mun. de Finanças e Administração

**Publicado por:**  
Nader Thomé Neto  
**Código Identificador:**C12D2C2A

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** **DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE ATA** **DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2014**

**DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2014;**

**OBJETO. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES PARA USO NOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE JUINA, MATO GROSSO.**

**FORNECEDOR: Posto 77 Comercio de Combustíveis Ltda. CNPJ.02.054.982/0001-20**

#### **REALINHAMENTO DE PREÇO DE ITEM**

**Vistos etc...**

Trata-se de Realinhamento de preço de item da Ata de Registro de Preços 048/2014, oriunda do Processo Licitatório (Pregão Presencial 014/2014), objeto supracitado.

O fornecedor acima citado foi vencedor dos itens n.ºs, 8, 9 e 10 do edital, sendo que o fornecedor acima especificado enviou a esta Prefeitura solicitação de REALINHAMENTO DE PREÇOS, justificando aumento de preço a partir da resolução da Petrobras, o que motivaria o reequilíbrio do preço registrado na referida ata quando da licitação.

Após análises dos departamentos pertinentes e cotação de preços para apuração do valor de mercado, foi encaminhado contra proposta ao fornecedor, o qual aceitou a oferta.

É o relatório. Passo a decidir.

Compulsando os autos, notadamente percebe-se, de acordo com verificação no Processo Licitatório acima elencado que realmente